



DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PIAUÍ
Avenida Gil Martins, 2000, - Bairro Redenção, Teresina/PI, CEP 64017-870
Telefone: - www.detran.pi.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 00030.002879/2025-33

1. OBJETO:

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a **aquisição de equipamentos de segurança e a contratação de cursos de capacitação para motociclistas**, destinados às ações dos Programas “Motorista Legal” e “CNH Social”, sob responsabilidade do Departamento Estadual de Trânsito do Piauí – DETRAN/PI.

1.2. Integram o objeto:

- a) 80.000 (oitenta mil) capacetes tipo fechado, nas cores amarela (Programa Motorista Legal), preta e vermelha (Programa CNH Social), conforme as especificações da NBR 7471 e Resolução CONTRAN nº 940/2022;
- b) 32.000 (trinta e dois mil) coletes refletivos, com faixas retrorrefletivas conforme a Resolução CONTRAN nº 943/2022;
- c) 32.000 (trinta e dois mil) cursos de capacitação, sendo:
 - 20.000 (vinte mil) de Pilotagem Defensiva, e
 - 12.000 (doze mil) Cursos Especializados Obrigatórios para mototaxistas e motofretistas, conforme as Resoluções CONTRAN nº 789/2020, 928/2022, 943/2022 e 930/2022, e suas atualizações.

1.3. O objeto será contratado por Pregão Eletrônico, na forma do Sistema Registro de Preços (SRP), sob o regime de empreitada por preço unitário, considerando tratar-se de bens e serviços comuns, conforme o art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021.

2. DO MAPA E DA MATRIZ DE RISCOS

2.1. O Mapa de Riscos da contratação (documento autuado no processo) integra a fase preparatória, nos termos do art. 24 e seguintes do Decreto Estadual nº 21.872/2023, devendo orientar as decisões de planejamento, julgamento e gestão.

2.2. A Matriz de Riscos será inserida como cláusula específica da minuta contratual a ser anexada ao edital, com a alocação objetiva de responsabilidades entre CONTRATANTE, CONTRATADA e outros por riscos que possam afetar prazos, custos, qualidade, segurança e o equilíbrio econômico-financeiro (art. 29, parágrafo único, e art. 31 do Decreto nº 21.872/2023).

3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade de fortalecer as políticas públicas de segurança viária e de inclusão social dos condutores de motocicletas no Estado do Piauí, mediante a aquisição de equipamentos de proteção individual (EPIs) e a contratação de cursos de capacitação teórica e prática voltados à formação e atualização de motociclistas.

3.2. A segurança viária e a redução dos sinistros de trânsito envolvendo motociclistas são temas de elevada relevância social. De acordo com a Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (ABRAMET), os acidentes com motocicletas representam aproximadamente 54% de

todos os sinistros de trânsito no Brasil, com significativo impacto nos gastos com saúde pública. O Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde (abril/2023) indica que, em 2020, as lesões sofridas por motociclistas foram responsáveis por mais de 190 mil internações hospitalares no SUS, correspondendo a 61,6% das vítimas de acidentes de trânsito.

3.3. No âmbito estadual, o Ministério dos Transportes aponta que o Piauí possui 1.338.918 veículos registrados, sendo 729.514 motocicletas, o que corresponde a 55% da frota estadual. Esse dado revela a predominância da motocicleta como meio de transporte e, conseqüentemente, a maior exposição de seus condutores a riscos de acidentes.

3.4. Ademais, a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS/2019) demonstra que apenas 68,6% dos motociclistas da Região Nordeste relataram utilizar capacete regularmente — percentual significativamente inferior ao da Região Sul (95,7%) — evidenciando a necessidade de políticas educativas e de incentivo ao uso de equipamentos de segurança.

3.5. Diante desse cenário, o Departamento Estadual de Trânsito do Piauí – DETRAN/PI reconhece a urgência de implementar medidas integradas de educação, fiscalização e capacitação, em consonância com o Código de Trânsito Brasileiro, as Resoluções do CONTRAN nº 789/2020, 928/2022, 930/2022, 940/2022 e 943/2022, e com a Lei Federal nº 12.009/2009, que regula o exercício das atividades de mototaxista e motofretista, exigindo o uso de equipamentos de segurança e uniformização dos profissionais.

3.6. Nesse contexto, a contratação ora proposta visa atender às demandas dos Programas “Motorista Legal” e “CNH Social”, instituídos pela Lei Estadual nº 8.674/2025, que tem por finalidade permitir, gratuitamente, a obtenção da Permissão para Dirigir (PPD) na categoria A à população de baixa renda, bem como promover a educação para o trânsito e o uso seguro da motocicleta.

3.7. O Programa CNH Social tem como objetivos específicos:

- a) Ampliar as oportunidades de emprego para a população vulnerável, permitindo o acesso ao mercado de transporte;
- b) Estimular o desenvolvimento econômico no Estado do Piauí;
- c) Facilitar o acesso da população beneficiária a serviços públicos e privados;
- d) Reduzir a condução de motocicletas por pessoas sem habilitação;
- e) Diminuir o número de acidentes de trânsito;
- f) Contribuir para um trânsito mais seguro nos municípios integrados ao Sistema Nacional de Trânsito (SNT).

3.8. O DETRAN/PI, enquanto órgão executor da política estadual de trânsito, financiará os cursos de formação e capacitação, assegurando isenção de taxas e acessibilidade ao processo de habilitação dos beneficiários do programa.

3.9. A contratação abrange os seguintes quantitativos, definidos com base em dados institucionais, execução histórica de ações de segurança viária, limite anual de beneficiários do Programa CNH Social, capacidade operacional estimada do DETRAN/PI e estudos técnicos constantes do ETP:

- a) 80.000 (oitenta mil) capacetes tipo fechado, nas cores amarela, preta e vermelha, conforme as especificações da NBR 7471 e Resolução CONTRAN nº 940/2022;
- b) 32.000 (trinta e dois mil) coletes refletivos, com faixas retrorrefletivas conforme a Resolução CONTRAN nº 943/2022;
- c) 32.000 (trinta e dois mil) cursos de capacitação, sendo:
 - 20.000 (vinte mil) de Pilotagem Defensiva, e
 - 12.000 (doze mil) Cursos Especializados Obrigatórios para mototaxistas e motofretistas,

3.10. A delimitação do público-alvo do Programa CNH Social observa os critérios estabelecidos na Lei Estadual nº 8.674/2025, na Resolução CONTRAN nº 789/2020 e no Edital SEDUC-PI/GSE nº 23/2025, abrangendo estudantes regularmente matriculados na Rede Pública Estadual de Ensino, com idade mínima de 18 (dezoito) anos completos na data de conclusão do curso teórico, matriculados na 3ª série do Ensino Médio ou na modalidade EJA correspondente ao Ensino Médio, observadas as demais condições legais e regulamentares aplicáveis.

3.11. A delimitação territorial e quantitativa observa as unidades escolares e municípios constantes do Edital SEDUC-PI/GSE nº 23/2025, utilizado como referência administrativa para a estruturação inicial do Programa CNH Social no exercício de 2025. O Programa contempla, inicialmente, até 10.000 (dez mil) beneficiários, distribuídos em unidades de ensino previamente selecionadas pela Secretaria de Estado da Educação – SEDUC-PI, localizadas em municípios atendidos pela estrutura operacional do DETRAN/PI, conforme cronograma institucional de execução.

3.12. Os quantitativos previstos nesta contratação foram definidos com base:

- a) no limite anual de Permissões para Dirigir – PPD estabelecido pela Lei Estadual nº 8.674/2025;
- b) na capacidade operacional estimada do DETRAN/PI para execução das etapas de formação, exames e emissão da PPD;
- c) na distribuição territorial das unidades de ensino participantes;
- d) na execução regionalizada das ações vinculadas aos Programas CNH Social e Motorista Legal;
- e) nos estudos técnicos e projeções constantes do Estudo Técnico Preliminar – ETP; e
- f) na capacidade operacional da Banca Examinadora do DETRAN/PI e na execução escalonada das etapas de formação, exames práticos e emissão da Permissão para Dirigir – PPD, observada a estrutura regionalizada de atendimento da Autarquia.

3.13. A execução contratual observará critérios de rastreabilidade individual dos beneficiários, mediante controle por CPF, listas nominais, vinculação à emissão da PPD e registros administrativos mantidos pelo DETRAN/PI, de modo a assegurar compatibilidade entre os quantitativos contratados, a política pública executada e a efetiva capacidade operacional da Administração.

3.14. Esses quantitativos foram revistos e ajustados conforme as recomendações constantes do Parecer CGE nº 779/2025, garantindo coerência entre a projeção de beneficiários e a execução orçamentária prevista, bem como conformidade com o princípio do planejamento (art. 5º, Lei nº 14.133/2021) e com os parâmetros de racionalidade e vantajosidade exigidos pelos arts. 35 e 36 do Decreto Estadual nº 21.872/2023.

3.15. Assim, a presente contratação configura-se como necessária, oportuna e vantajosa, representando ação estratégica para a redução dos sinistros envolvendo motociclistas, a promoção da segurança viária e o fortalecimento das políticas públicas de mobilidade segura e inclusão social no Estado do Piauí.

4. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

4.1. O objeto do presente Termo de Referência deverá ser fornecido em conformidade com as especificações, unidades e quantidades constantes na tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	<p>CAPACETE TIPO FECHADO, Conforme NBR 7471, sem emendas, com prolongamento no casco para formação de queixeira, constituindo peça única moldada. Descrição: Peça única, sem emendas, pintura externa; Tipo resistentes a batidas e arranhões, dispositivo de fechamento engate rápido cinto jugular na cor preta. Cores do Capacete: Amarelo, Vermelho e Preto. Tamanhos: 56,58,60,62 e 64. Tecidos antialérgico, aveludado, acoplado com Espuma, com protetor de nuca, podendo ser constituído de material igual ao utilizado para revestimento de conforto, viseira deverá ser de boa transparência, ser resistente à torção e à propagação de chama (auto extingüível). Conforme o ANEXO da RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 940 DE 28/03/2022</p> <p>Obs.: Os capacetes objeto deste Termo de Referência destinam-se ao atendimento de dois programas distintos sob responsabilidade do DETRAN/PI. Fica estabelecido que os capacetes na cor amarela serão utilizados exclusivamente nas ações do Programa “Motorista Legal”, enquanto os capacetes nas cores preta e vermelha serão destinados aos beneficiários do Programa “CNH Social”, conforme a Lei Estadual nº 8.674/2025.</p> <p>Cada fornecimento deverá ser identificado pela cor e pelo programa correspondente, devendo essa informação constar na Nota Fiscal, na embalagem e no controle de rastreabilidade mantido pela contratada e pela fiscalização.</p>	UNID.	64.000
2	CAPACETE TIPO FECHADO – COTA RESERVADA PARA ME/EPP (20%), nos termos dos arts. 47 e 48, III, da Lei Complementar nº 123/2006, contendo as mesmas especificações técnicas do item anterior.	UNID.	16.000
3	COLETE REFLETIVO, Conforme Inmetro bolso motoqueiro motociclista. Descrição: três faixas na horizontal, na parte da frente são três faixas na esquerda e três na direita no ângulo de 45 graus. Faixas retro refletivas fluorescente conforme o ANEXO II da RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 943 DE 29/03/2022. COR: PRETO E FAIXAS AMARELAS (SUGESTÃO). TAMANHOS P, M, G e GG.	UNID.	25.600
4	COLETE REFLETIVO – COTA RESERVADA PARA ME/EPP (20%), nos termos dos arts. 47 e 48, III, da Lei Complementar nº 123/2006, contendo as mesmas especificações técnicas do item anterior.	UNID.	6.400

5	CURSO DE PILOTAGEM DEFENSIVA Contratação de empresa credenciada ao DETRAN/PI, objetivando a realização de curso de pilotagem defensiva, observando as Resoluções 789/2020, 928/2022, 943/2022 e 930/2022 do CONTRAN e suas atualizações	UNID.	20.000
6	CURSOS ESPECIALIZADOS OBRIGATÓRIOS PARA PROFISSIONAIS EM TRANSPORTE DE PASSAGEIROS (MOTOTAXISTAS) E ENTREGA DE MERCADORIAS (MOTOFRETISTAS), observando as Resoluções 789/2020, 928/2022, 943/2022 e 930/2022 do CONTRAN e suas atualizações	UNID.	12.000

4.2. **DOS KITS DE TRÂNSITO SEGURO**

4.2.1. Entende-se como KITS DE TRÂNSITO SEGURO, a oferta de um capacete ao motociclista que finaliza curso de pilotagem defensiva, assim como a entrega de um capacete e um colete, para os que finalizarem os cursos especializados obrigatórios para profissionais em transporte de passageiros (mototaxistas) e entrega de mercadorias (motofretistas).

4.2.2. O DETRAN/PI deverá assegurar a rastreabilidade e a compatibilidade operacional entre os cursos executados e a distribuição dos equipamentos de segurança viária, mediante controle administrativo por listas nominais, CPF, termos de recebimento individual e, quando aplicável, vinculação à emissão da Permissão para Dirigir – PPD, observadas as especificidades dos Programas CNH Social e Motorista Legal.

4.2.3. Os capacetes e coletes deverão ser entregues por ITEM de forma parcelada.

4.3. **Vinculação ao CNH Social e Limite Anual de Benefícios**

4.3.1. Em consonância com o art. 3º, §§ 1º e 2º, da Lei Estadual nº 8.674/2025, a entrega de 1 (um) capacete ao beneficiário do CNH Social está condicionada à conclusão do processo de habilitação e emissão da PPD na categoria “A”. Para o exercício de 2025 e anos subsequentes, observar-se-á o limite anual de 10.000 (dez mil) PPDs para fins de distribuição de capacetes no âmbito do Programa, sem prejuízo das demais frentes do projeto (cursos e ações do Motorista Legal).

4.3.2. O saldo de capacetes não vinculado ao CNH Social atenderá às ações educativas e de segurança do Motorista Legal (mototaxistas/motofretistas), conforme cronograma, mantendo-se a rastreabilidade por Lista Nominal, CPF e termo de recebimento individual

4.4. **DOS CURSOS A SEREM OFERTADOS**

4.4.1. A execução dos cursos terá início imediato após a assinatura do contrato, devendo o objeto ser integralmente concluído no prazo máximo de 12 (doze) meses.

4.4.2. Os Cursos Especializados Obrigatórios para Mototaxistas e Motofretistas serão ministrados na modalidade semipresencial, sendo a parte teórica realizada de forma online e a parte prática executada presencialmente, observadas as Resoluções CONTRAN nº 789/2020, nº 928/2022, nº 930/2022 e nº 943/2022, e suas atualizações. O Curso de Pilotagem Defensiva será ministrado integralmente na modalidade online (EAD), sem exigência de etapa prática presencial.

4.4.3. A instituição credenciada deverá utilizar plataforma devidamente credenciada pelo SENATRAN e homologada no DETRAN/PI para a efetivação deste objeto.

4.4.4. **DO CURSO DE MOTOTAXISTA E MOTOFRETISTA**

4.4.4.1. O profissional que queira exercer as atividades de motofretista e de mototaxista,

deverá realizar o curso com carga horária total para receber a certificação em uma atividade e, posteriormente, a qualquer tempo, frequentar 5 horas/aula do Módulo II (Específico) e 5 horas/aula do Módulo III (Prática de Pilotagem Profissional) do outro curso, assim como realizar as respectivas avaliações (Resolução 930/2022 do CONTRAN e suas alterações).

4.4.4.2. A parte teórica do curso será ministrada à distância e a parte prática será trabalhada em todos os municípios que tenham posto do DETRAN/PI (polo regional), na forma presencial, conforme cronograma determinado pelo gestor do contrato em parceria com a CONTRATADA.

4.4.4.3. O local da modalidade prática será determinado pelo DETRAN/PI em cada localidade que tenha polo regional, em concordância com a CONTRATADA.

4.4.4.4. Poderão se inscrever para os cursos, os motociclistas que preencham os requisitos para a matrícula, conforme regulamentado pela Resolução 930/2022 do CONTRAN, bem como os motociclistas que residem em Teresina e em cidades sob a jurisdição dos polos regionais, conforme calendário a ser ajustado e posteriormente divulgado pelo DETRAN/PI.

4.4.4.5. Não existe um número mínimo de cursos a serem administrados por polo regional, podendo variar em função da demanda de cada localidade. Caso as vagas de uma cidade não sejam preenchidas, as mesmas poderão ser remanejadas para outro polo regional, cuja demanda for maior.

4.4.5. **DO CURSO DE PILOTAGEM DEFENSIVA**

4.4.5.1. O curso de pilotagem defensiva visa desenvolver valores de segurança e cidadania, bem como promover o aprimoramento de técnicas de pilotagem de motocicletas.

4.4.5.2. Poderão se inscrever para os cursos, os motociclistas que residem em Teresina e em cidades sob a jurisdição dos polos regionais do DETRAN/PI, conforme calendário a ser ajustado e posteriormente divulgado pelo DETRAN/PI.

4.4.5.3. Ao longo do curso o aluno contará com o apoio pedagógico de professores tutores. O curso busca treinar e desenvolver motociclistas para uma condução segura e responsável.

4.4.5.4. O presente curso será ministrado 100% pela forma online, sendo desnecessária a parte prática para o seu encerramento.

4.4.5.5. Para ministrar as aulas teóricas, os instrutores devem ter experiência comprovada de, no mínimo, 12 (doze) meses na instrução de conteúdos de educação para o trânsito, certificado válido e atualizado de Instrutor de Trânsito com 180hs (Resolução nº 789/2020 do CONTRAN e suas atualizações).

4.4.6. Os Cursos Especializados Obrigatórios para Mototaxistas e Motofretistas serão executados na modalidade semipresencial, compreendendo aulas teóricas online e aulas práticas presenciais nos locais indicados pelo DETRAN/PI ou definidos em conjunto com a CONTRATADA, conforme cronograma operacional ajustado com a fiscalização contratual. O Curso de Pilotagem Defensiva será executado integralmente na modalidade online (EAD), sendo dispensada etapa prática presencial.

4.4.7. Após a assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá iniciar a execução das atividades observando o cronograma operacional definido pela fiscalização contratual.

4.4.8. Não se aplica vistoria aos serviços supracitados.

5. DA JUSTIFICATIVA DA FIXAÇÃO DO PERCENTUAL DE COTA RESERVADA PARA ME/EPP

5.1. A Administração optou pela fixação de cota reservada correspondente a 20% (vinte por cento) do quantitativo dos itens divisíveis destinados ao fornecimento de capacetes e coletes refletivos, em favor de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos dos arts. 47 e 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006.

5.2. Registra-se que a legislação estabelece limite máximo de até 25% (vinte e cinco por cento), cabendo à Administração definir, mediante motivação técnica e administrativa, o percentual mais adequado às características do objeto e às necessidades operacionais da contratação.

5.3. No presente caso, o percentual adotado busca assegurar o tratamento favorecido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, ampliar a competitividade do certame e fomentar a participação de fornecedores de menor porte, sem comprometer a eficiência da execução contratual e a adequada operacionalização das políticas públicas executadas pelo DETRAN/PI.

5.4. A contratação envolve fornecimento em larga escala de equipamentos de segurança viária diretamente vinculados aos Programas “Motorista Legal” e “CNH Social”, exigindo padronização técnica, uniformidade visual, controle de qualidade, rastreabilidade, segregação por cores e gerenciamento logístico integrado em âmbito estadual.

5.5. A multiplicidade excessiva de fornecedores poderia ampliar a variabilidade produtiva dos materiais e aumentar a complexidade operacional da execução contratual, especialmente quanto ao controle de distribuição, fiscalização, rastreabilidade dos beneficiários e padronização dos equipamentos fornecidos.

5.6. Assim, a Administração entendeu tecnicamente mais adequado adotar percentual intermediário de 20% (vinte por cento), suficiente para assegurar efetiva participação competitiva das ME/EPP e promover o desenvolvimento econômico regional, sem produzir fragmentação excessiva da cadeia de fornecimento nem comprometer a centralização operacional necessária à execução eficiente do objeto.

5.7. A solução adotada mostra-se proporcional, motivada e compatível com os princípios da eficiência, competitividade, economicidade, razoabilidade e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021, preservando o equilíbrio entre o incentivo às pequenas empresas e a necessidade de adequada execução contratual.

6. DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

6.1. A vedação à participação de sociedades cooperativas no presente certame decorre das particularidades técnicas, operacionais e jurídicas inerentes ao objeto da contratação, bem como da necessidade de preservação da adequada execução contratual, da padronização operacional e da efetiva responsabilização da futura contratada.

6.2. A presente contratação envolve fornecimento em larga escala de bens vinculados diretamente à execução de políticas públicas estaduais desenvolvidas pelo DETRAN/PI, abrangendo logística integrada, controle de qualidade, rastreabilidade por , padronização técnica e operacional, cumprimento rigoroso de prazos de entrega e estrutura empresarial compatível com a complexidade da execução contratual.

6.3. Além disso, parcela relevante do objeto envolve atividades que exigem organização empresarial centralizada, gestão operacional contínua, controle uniforme de produção, distribuição coordenada e responsabilidade técnica integral sobre a cadeia de fornecimento, circunstâncias incompatíveis com o regime jurídico e organizacional próprio das cooperativas de trabalho.

6.4. Registra-se que as cooperativas possuem regime jurídico específico pautado na atuação coletiva e na autonomia dos cooperados, modelo que, embora legítimo em determinadas hipóteses, pode revelar-se incompatível com contratações que demandem padronização rigorosa, estrutura empresarial permanente, centralização operacional e assunção integral dos riscos da execução.

6.5. A vedação ora estabelecida não decorre de discriminação arbitrária da natureza societária das cooperativas, mas sim da análise concreta das características do objeto e dos riscos administrativos envolvidos na execução contratual, especialmente:

- a) risco de fragmentação operacional;
- b) dificuldade de uniformização da execução;
- c) maior complexidade de fiscalização contratual;
- d) risco de descontinuidade operacional;
- e) dificuldade de responsabilização direta e centralizada;
- f) e potencial comprometimento da padronização e da logística necessária ao atendimento dos programas executados pelo DETRAN/PI.

6.6. Ademais, a Administração deve observar o princípio da eficiência e o dever de selecionar solução contratual apta a garantir execução uniforme, contínua e tecnicamente padronizada, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.7. A restrição mostra-se proporcional, motivada e compatível com as características específicas da contratação, não implicando violação ao caráter competitivo do certame, mas sim medida voltada à preservação da adequada execução do objeto e à proteção do interesse público.

6.8. Assim, diante da natureza operacional da contratação, da necessidade de centralização gerencial, da elevada escala logística e dos riscos associados à fragmentação da execução, conclui-se pela inviabilidade técnica da participação de cooperativas no presente certame.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1. A aquisição dos bens (capacete e colete refletivo), deverão ser entregues por ITEM de forma parcelada;

7.2. A execução do serviço (cursos de capacitação) ocorrerá sob o regime empreitada por preço unitário.

7.3. A escolha do regime de empreitada por preço unitário justifica-se pela possibilidade de medição objetiva da execução do contrato com base no número de cursos concluídos e na entrega dos itens adquiridos. Tal regime assegura proporcionalidade nos pagamentos e adequada gestão contratual, conforme art. 6º, XXIII, alínea “I”, da Lei nº 14.133/2021.

7.4. Adota-se o regime de **empreitada por preço unitário** em razão da variabilidade dos quantitativos a serem executados, a depender da adesão efetiva dos beneficiários do Programa CNH Social e do Programa Motorista Legal, bem como da emissão de ordens de fornecimento durante a vigência da ata de registro de preços. Esse regime assegura o pagamento apenas pelo que for efetivamente entregue e aceito, garantindo adequação às metas sociais e orçamentárias, conforme art. 6º, VIII, e art. 145 da Lei nº 14.133/2021.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

8.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

8.1.1. Efetuar o pagamento à empresa, quando da sua contratação, de acordo com os discriminados na planilha de preço, em atendimento ao apresentado na proposta, os prazos e as condições estipuladas no Edital e Anexos.

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições conforme estabelecido neste Termo de Referência e no Procedimento Licitatório;

8.1.3. Promover por meio de servidor(es) especialmente designado(s), o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços sob os aspectos quantitativos e qualitativos, dando aceite quando da prestação do objeto em atendimento ao Edital e seus anexos, ou devolvendo para substituição, os que porventura não atenderem as descrições e especificações exigidas.

- 8.1.4. Proporcionar às empresas contratadas as facilidades necessárias a fim de que a adjudicatária/contratada possa fornecer o objeto a contento;
- 8.1.5. Fornecer aos licitantes todas as informações relacionadas com o objeto da contratação;
- 8.1.6. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à entrega do objeto solicitado, em especial, aplicação de sanções, alterações e revisões da mesma;
- 8.1.7. Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no Contrato;
- 8.1.8. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 8.1.9. Aceitar ou recusar os motivos alegados pela CONTRATADA para figurar caso fortuito ou de força maior, dando, por escrito, razões de sua eventual aceitação ou recusa, no prazo máximo de 05 (cinco) dias consecutivos, a contar da data do recebimento dos documentos de comprovação;
- 8.1.10. O CONTRATANTE se compromete a prestar as informações necessárias ao fiel cumprimento dos contratos.
- 8.1.11. Fornecer todos os documentos e/ou esclarecimentos, bem como garantir as condições necessárias a plena execução dos serviços
- 8.1.12. Comunicar imediatamente à Contratada as irregularidades detectadas na execução do contrato
- 8.1.13. Fiscalizar a execução deste Contrato através do setor competente deste Departamento Estadual de Trânsito do PIAUÍ-DETRAN/PI.
- 8.1.14. Atestar a(s) nota(s) fiscal(s) e vistar os demais documentos apresentados pela Contratada, bem como apor o “de acordo”, quando julgálos corretos.
- 8.1.15. Exigir-se-á currículo dos instrutores, anexando comprovantes e certificados, que demonstrem a sua capacidade técnica e experiência profissional e, em caso de substituição, apresentar profissional de igual capacidade técnica.
- 8.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**
- 8.2.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Contrato e na sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 8.2.2. A Contratada deve zelar pela fiel execução do Contrato, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários
- 8.2.3. Fornecer por sua conta e inteira responsabilidade, todos os recursos (materiais, mão-de-obra e equipamentos) necessários a completa execução do objeto da contratação.
- 8.2.4. Arcar com eventuais prejuízos causados ao Contratante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados, convenientes ou prepostos, envolvidos na execução do contrato;
- 8.2.5. A CONTRATADA se obriga a fornecer todos os produtos/materiais de qualidade, com certificado de garantia e sua respectiva garantia ambos de 12 (doze) meses a contar da sua entrega definitiva.
- 8.2.6. A CONTRATADA deverá executar os serviços através de pessoal próprio e habilitado para as funções a que se destinam.
- 8.2.7. A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas relativas com encargos trabalhistas e previdenciários referentes a seu pessoal.
- 8.2.8. Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto as repartições competentes, necessários a execução do objeto do presente Contrato.

8.2.9. A CONTRATADA deverá reportar ao DETRAN/PI as informações necessárias para o fiel cumprimento das condições do Contrato.

8.2.10. A CONTRATADA se obriga a respeitar rigorosamente a legislação nacional vigente.

8.2.11. A CONTRATADA será responsável pelo recrutamento, administração, transporte, acomodação, alimentação e outras obrigações relacionadas com o emprego de mão-de-obra, não cabendo ao CONTRATANTE nenhuma responsabilidade em relação aos empregados.

8.2.12. Disponibilizar professores ou instrutores, com comprovada qualificação técnica, conhecimento e domínio da matéria e com boa didática para ministrar o treinamento demandado. Para tanto, deverá ser apresentado ao DETRAN-PI, antes da realização do curso, o currículo resumido e comprovação de já haver ministrado cursos ou treinamentos similares sobre os mesmos temas, bem como ser graduado e ter formação acadêmica em área correlata.

8.2.13. O pessoal empregado pela CONTRATADA, na execução do objeto da presente contratação, não terá nenhuma espécie de vínculo empregatício com o CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA por todos os atos praticados por seus empregados e prepostos, ficando a mesma obrigada ao ressarcimento de quaisquer danos ou prejuízos causados em decorrência dos serviços ao CONTRATANTE ou terceiros. O CONTRATANTE ficará desde já autorizado a descontar de qualquer crédito da CONTRATADA, as importâncias necessárias a cobertura de eventuais danos ou prejuízos.

8.2.14. A CONTRATADA não poderá pleitear acréscimo de preços sob a alegação de falhas, omissões ou inexigibilidade de qualquer natureza, entendendo-se como previsto no preço ofertado na proposta apresentada no certame, todos os custos de execução.

8.2.15. A CONTRATADA deve entregar o objeto solicitado atendendo todas as normas de segurança e direitos do consumidor.

8.2.16. A CONTRATADA assumirá total responsabilidade por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas seus empregados e terceiros decorrentes da prestação dos serviços.

8.2.17. A CONTRATADA obriga-se a cumprir rigorosamente o prazo de entrega do objeto solicitado.

8.2.18. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.2.19. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, o produto com avarias ou defeitos;

8.2.20. A CONTRATADA deverá relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer do fornecimento.

8.2.21. A CONTRATADA deverá abster-se de transferir a outrem a responsabilidade pela execução dos serviços avençados.

8.2.22. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA, entregar o objeto solicitado de acordo com a solicitação mediante especificações constantes no presente Termo de Referência.

8.2.23. A entrega do objeto solicitado será sempre mediante a apresentação de formulário próprio do CONTRATANTE assinado pelo servidor designado pelo DETRAN/PI

8.2.24. Designar, no ato da assinatura do contrato, funcionário responsável para o contato entre a Contratada e o Contratante.

8.2.25. Comunicar a CONTRATANTE no máximo em 24 horas antes do início do curso, sobre quaisquer alterações na grade curricular, mudança no conteúdo programático, substituição de professor, e/ou cancelamento do curso;

8.2.26. A CONTRATADA se responsabilizará por buscar e entregar os materiais para a substituição.

8.2.26.1. No caso de substituição dos produtos, as novas unidades terão os mesmos prazos de garantia/validade originalmente dados aos substituídos, a contar da data em que ocorrer a substituição.

9. DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO E SERVIÇO

9.1. O objeto contratado será recebido:

9.1.1. O CONTRATANTE reveste-se do direito de só aceitar o objeto que estiver de acordo com as especificações e/ou exigências descritas no edital, depois de terem sido considerados em perfeito estado e ordem pelo setor de fiscalização do CONTRATANTE, além do que o objeto contratado deve apresentar claras condições de aceitabilidade, devendo ser rejeitado, no todo ou em parte, caso apresente incompatibilidades técnicas aparente ou não ou mesmo imperfeições, desde que comprovadas por laudos emitidos pela equipe ou pessoa designada para fiscalização, cabendo ao contratado, substituição de todo objeto condenado e imediata reposição, atribuindo-lhes todos os ônus decorrentes da rejeição, inclusive quanto aos prazos e despesas inerentes do problema.

9.1.2. **Provisoriamente**, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, pela Divisão de Material e Patrimônio do DETRAN/PI ou por unidade/fiscalização designada pela Administração, nos locais definidos pela fiscalização contratual, para verificação da conformidade quantitativa e qualitativa dos produtos com as especificações previstas neste Termo de Referência;

9.1.3. **Definitivamente**, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data de entrega dos itens e conferência das especificações solicitadas e se confirmada a conformidade com as especificações técnicas, o canhoto da Nota Fiscal será atestado pelo fiscal de contrato, verificação da conformidade do material entregue com as especificações constantes na proposta apresentada e no instrumento convocatório do certame.

9.1.4. Cada parcela executada será considerada adimplida após o respectivo recebimento definitivo pelo CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, recibo ou documento equivalente, observados os critérios de fiscalização, medição, aceite e liquidação previstos neste Termo de Referência e no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

9.1.5. O tamanho dos capacetes será definido no momento da solicitação, de acordo com o que foi licitado.

9.1.6. O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

9.1.7. Os produtos que não apresentarem as condições mínimas exigidas na entrega, ou seja, forem rejeitados, com avarias ou defeitos, não serão aceitos, devendo ser substituídos, por outros que atendam às condições pactuadas, sem nenhum custo adicional à CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

9.2. **O serviço contratado será recebido:**

9.2.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

9.2.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

9.2.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

9.2.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados

pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários

9.2.3.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

9.2.3.3. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

9.2.3.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

9.2.4. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

9.2.4.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

9.2.4.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

9.2.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

9.2.6. O Gestor do Contrato deverá acusar o recebimento provisório do serviço no prazo de até 10 (dez) dias corridos, após ateste da execução dos mesmos, de acordo com especificações constantes neste Termo.

9.2.7. No prazo de até 20 (vinte) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

9.2.7.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

9.2.7.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e 5.3.6.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

9.2.7.3. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

9.2.7.4. O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela

fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

9.2.7.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento e na proposta, devendo ser corrigidos e/ou refeitos no prazo fixado pelo Gestor do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

9.2.7.6. Os serviços executados em desconformidade com as especificações contratuais deverão ser corrigidos, ajustados ou reexecutados pela CONTRATADA, às suas expensas, no prazo fixado pela fiscalização contratual, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

9.2.7.7. Os procedimentos de aceite, relatórios, termos e documentação referidos nesta cláusula deverão convergir para o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) mensal, na forma do Capítulo – Medição, Aferição e Pagamento, que constitui a peça única para liquidação e pagamento.

10. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. O adjudicatário, no prazo de 5 (cinco) dias após a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

10.2. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

10.2.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

10.2.2. Seguro-garantia;

10.2.3. Fiança bancária.

10.2.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em instituição financeira indicada, com correção monetária, em favor do contratante.

10.2.5. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia.

10.2.6. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.

10.2.7. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

10.2.8. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente. (Art. 100 da Lei nº 14.133, de 2021).

11. GARANTIA DOS PRODUTOS

11.1. Os produtos objeto deste contrato têm garantia de 12 (doze) meses, a contar da entrega definitiva dos materiais.

12. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

12.1. O licitante deverá apresentar a proposta na data e o horário marcados para abertura da sessão, quando, então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas;

12.2. Todas as referências no tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública

observarão o horário de Brasília- DF;

12.3. Vedada identificação do licitante: nome ou razão social do proponente, endereço, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato, bem como: nome, carteira de identidade e cargo na empresa, exceto quando a marca do produto for o nome do licitante.

12.4. A apresentação das propostas implica obrigatoriamente no cumprimento das disposições nelas contidas, assumindo o proponente o compromisso na prestação dos serviços, objeto desta licitação nos seus termos, em quantidades e qualidades adequadas para a perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, a sua substituição;

12.5. Declaração de que no preço cotado estão incluídas todas as despesas com mão-de-obra, insumos e quaisquer outras vantagens pagas, materiais necessários, taxas, inclusive de administração, emolumentos e quaisquer despesas operacionais, bem como, todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza e outras despesas, diretas e indiretas, enfim, todos os componentes de custo dos equipamentos e materiais objeto desta licitação.

12.6. A proposta comercial terá validade mínima de 60 (sessenta) dias, a contar da data da abertura da sessão pública.

13. ADJUDICAÇÃO

13.1. O critério de julgamento e aceitação das propostas será mediante adjudicação por MENOR PREÇO POR ITEM.

13.2. O modo de disputa será o **aberto**, conforme art. 33, inciso I da Lei nº 14.133/2021.

14. FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

14.1. Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

14.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

14.4. A Parte Específica do Contrato poderá incluir rotinas específicas de fiscalização da execução dos serviços, de acordo com as peculiaridades do objeto contratado.

14.5. Compete ao Fiscal: (i) validar as Listas de Concluintes e a aderência às Resoluções do CONTRAN; (ii) conferir Termos de Recebimento e conformidade técnica dos bens; (iii) emitir e assinar o IMR mensal; (iv) propor glosas e sanções; (v) manter repositório eletrônico com a rastreabilidade individual (CPF) dos beneficiários do CNH Social (capacete vinculado à PPD emitida).

15. DOS QUANTITATIVOS, MODELO DE EXECUÇÃO, MEDIÇÃO E PAGAMENTO

15.1. Quantitativos e Forma de Execução

15.1.1. O objeto da presente contratação envolve os quantitativos a seguir, definidos conforme estudos de demanda e o Relatório Técnico de Pesquisa de Preços nº 23/2026:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	CAPACETE TIPO FECHADO, Conforme NBR 7471, sem emendas, com prolongamento no casco para formação de queixeira, constituindo peça única moldada. Descrição: Peça única, sem emendas, pintura externa; Tipo resistentes a batidas e arranhões, dispositivo de fechamento engate rápido cinto jugular na cor preta. Cores do Capacete: Amarelo, Vermelho e Preto. Tamanhos: 56,58,60,62 e 64. Tecidos antialérgico, aveludado, acoplado com Espuma, com protetor de nuca, podendo ser constituído de material igual ao utilizado para revestimento de conforto, viseira deverá ser de boa transparência, ser resistente à torção e à propagação de chama (auto extingüível). Conforme o ANEXO da RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 940 DE 28/03/2022	64.000	unidade	222,88	14.264.320,00
2	CAPACETE TIPO FECHADO – COTA RESERVADA PARA ME/EPP (20%), nos termos dos arts. 47 e 48, III, da Lei Complementar nº 123/2006, contendo as mesmas especificações técnicas do item anterior.	16.000	unidade	222,88	3.566.080,00

3	COLETE REFLETIVO, Conforme Inmetro bolso motoqueiro motociclista. Descrição: três faixas na horizontal, na parte da frente são três faixas na esquerda e três na direita no ângulo de 45 graus. Faixas retro refletivas fluorescente conforme o ANEXO II da RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 943 DE 29/03/2022. COR: PRETO E FAIXAS AMARELAS (SUGESTÃO). TAMANHOS P, M, G e GG.	25.600	unidade	112,00	2.867.200,00
4	COLETE REFLETIVO – COTA RESERVADA PARA ME/EPP (20%), nos termos dos arts. 47 e 48, III, da Lei Complementar nº 123/2006, contendo as mesmas especificações técnicas do item anterior.	6.400	unidade	112,00	716.800,00
5	CURSO DE PILOTAGEM DEFENSIVA Contratação de empresa credenciada ao DETRAN/PI, objetivando a realização de curso de pilotagem defensiva, observando as Resoluções 789/2020, 928/2022, 943/2022 e 930/2022 do CONTRAN e suas atualizações.	20.000	unidade	135,00	2.700.000,00
6	CURSOS ESPECIALIZADOS OBRIGATÓRIOS PARA PROFISSIONAIS EM TRANSPORTE DE PASSAGEIROS (MOTOTAXISTAS) E ENTREGA DE MERCADORIAS (MOTOFRETISTAS), observando as Resoluções 789/2020, 928/2022, 943/2022 e 930/2022 do CONTRAN e suas atualizações.	12.000	unidade	250,00	3.000.000,00
TOTAL ESTIMADO				27.114.400,00	

15.1.2. Os quantitativos previstos neste Termo de Referência guardam compatibilidade

com:

- a) o limite anual de beneficiários do Programa CNH Social previsto na Lei Estadual nº 8.674/2025;
- b) a execução regionalizada do Programa Motorista Legal;
- c) a capacidade operacional estimada do DETRAN/PI para processamento das etapas de formação, exames e emissão da Permissão para Dirigir – PPD categoria “A”;
- d) a disponibilidade de polos regionais de atendimento; e
- e) as projeções administrativas constantes do Estudo Técnico Preliminar – ETP e documentos técnicos correlatos.

15.1.3. O fornecimento e a execução ocorrerão de forma parcelada, sob o regime de **empreitada por preço unitário**, conforme o art. 36, XIII, do Decreto Estadual nº 21.872/2023 e o art. 92, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

15.1.4. O julgamento se dará pelo **critério de menor preço por item**.

15.2. **Modelo de Execução Contratual e Critérios de Medição**

15.2.1. A liquidação e o pagamento observarão os arts. 144 e 145 da Lei nº 14.133/2021, bem como as regras deste Termo de Referência.

15.2.2. O pagamento somente ocorrerá após comprovação objetiva da execução contratual, mediante o Instrumento de Medição de Resultado – IMR, devidamente atestado pelo Fiscal e pelo Gestor do contrato.

a) **Itens de bens (capacetes e coletes):**

15.2.3. Unidade de medição: unidade entregue e recebida definitivamente.

15.2.4. Comprovação mínima:

- a) Ordem de Fornecimento (quando couber) vinculada à entrega;
- b) Termo de Recebimento Definitivo (quantitativo e qualitativo), após conferência com as especificações;
- c) Nota Fiscal correspondente ao I entregue, com indicação do item, quantidade, local e data;
- d) Nota Fiscal e romaneio devem identificar cor e programa de destino (Motorista Legal/CNH Social) por lo; embalagem com a mesma indicação; relatório de distribuição com lista nominal (nome e CPF) e, quando CNH Social, vínculo à PPD emitida.
- e) Relatório de distribuição por ação do Programa, quando a entrega se destinar a beneficiário final, contendo lista nominal (nome e CPF) e termo individual de recebimento;
- f) Para capacetes do CNH Social, comprovação da PPD emitida do beneficiário (nome e CPF), em consonância com o art. 3º, § 1º, da Lei Estadual nº 8.674/2025.

15.2.5. Pagamento: por recebido definitivamente, em até 30 (trinta) dias após o ateste do Fiscal e apresentação da documentação completa.

15.2.6. Vedações/glosas: é vedado pagamento por bens sem recebimento definitivo; bens em desconformidade serão rejeitados e glosados até regularização.

15.3. **Itens de Serviços – Cursos de Capacitação**

15.3.1. Unidade de medição: aluno certificado no curso/módulo.

15.3.2. Comprovação mínima:

- a) Relatório de Turma (município/polo; carga horária; período; instrutores com credencial; plataforma homologada; taxas de conclusão e aprovação);
- b) Lista de Concluintes com nome, CPF, curso/módulo e data da certificação, assinada digitalmente pelo responsável pedagógico e válida no sistema credenciado (SENATRAN/DETRAN-PI);
- c) Certificados eletrônicos (amostragem mínima de 10% por turma, selecionada pelo Fiscal);
- d) Evidências de execução: prints/relatórios do AVA (EAD), atas de aula prática e checklists (módulos práticos).

15.3.3. Pagamento: condicionado ao encerramento de cada turma e à certificação dos alunos; vedado o pagamento por aluno não certificado ou turma não concluída.

15.4. **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**

15.4.1. O IMR é o documento único que lastreia a liquidação mensal. Deverá conter, no mínimo:

- a) Ordens emitidas (fornecimento e serviço);
- b) Bens recebidos definitivamente, por item/local/data;
- c) Turmas executadas e alunos certificados por curso/módulo;
- d) Rastreabilidade (listas nominais com CPF e, quando CNH Social, vinculação à PPD emitida);
- e) Pendências e glosas aplicadas;
- f) Valor medido (bens + serviços) e valor a pagar;
- g) Assinaturas do Fiscal e do Gestor.

15.4.2. O IMR será inserido e arquivado em sistema eletrônico próprio, compondo o processo de liquidação, e servirá como base para os registros de desempenho contratual.

15.5. **Condições e Prazos de Pagamentos**

15.5.1. O Fiscal terá até 10 (dez) dias corridos para conferir a documentação do período e atar (recebimento provisório) os serviços/bens, indicando eventuais pendências;

15.5.2. O Gestor, em até 20 (vinte) dias corridos após o ateste provisório, realizará o recebimento definitivo (serviços) ou confirmará o recebimento definitivo (bens) e assinará o Instrumento de Medição de Resultado;

15.5.3. A Nota Fiscal somente poderá ser emitida após o Instrumento de Medição de Resultado do período estar assinado

15.5.4. O pagamento deverá ser efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contados da entrega da fatura no protocolo geral do Contratante, depois de ser devidamente atestada pelo setor competente do Contratante, documentos esses que serão processados e pagos segundo a legislação vigente, nas condições dispostas no edital e neste termo, não permitido qualquer acréscimo além do que fora ali previsto, exceto quando por força de revisão devidamente justificada e comprovada.

15.5.5. No preço inicialmente proposto estão inclusos todos os tributos (impostos, taxas, material, etc.), e demais encargos (frete, seguro, transporte, etc.) que incidirem sobre o fornecimento.

15.5.6. Não será autorizado pagamento sem que o fiscal do contrato ateste o recebimento dos serviços descritos na nota fiscal ou fatura apresentada.

15.5.7. Para execução do pagamento de que trata esta Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar da Nota Fiscal ou fatura correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível em nome da CONTRATANTE, cujo CNPJ está especificado na qualificação preambular do contrato, informando o número de sua conta corrente, o nome do Banco e a respectiva Agência.

15.5.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.5.9. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal ou fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

15.5.10. A Nota Fiscal ou fatura correspondente deverá ser entregue, pela CONTRATADA, diretamente ao Fiscal deste Contrato, que somente atestará a execução do objeto e liberará a referida Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela mesma, todas as condições pactuadas.

15.5.11. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida a CONTRATADA, pelo Fiscal deste Contrato e o pagamento ficará pendente até que se providencie pela CONTRATADA as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

15.5.12. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

$$I=(TX/100)/365$$

$$EM= I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

15.5.13. A atualização só será devida em caso de mora imputável exclusivamente ao contratante.

15.5.14. Para fins de pagamento, a Contratada deverá apresentar os seguintes documentos, conforme Art. 68 da Lei nº 14.133/2021:

a) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal). Será aceito certificado da matriz em substituição ao da filial ou vice-versa quando, comprovadamente, houver arrecadação centralizada;

b) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho emitida pelo TST (Certidão Negativa de débitos Trabalhistas);

c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da

União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

15.6. Indicadores de desempenho

- a) Taxa de conclusão por turma $\geq 85\%$;
- b) Taxa de aprovação (quando cabível) $\geq 90\%$;
- c) Integridade documental (listas/PPD/termos) = 100%;
- d) Prazo de entrega dos bens cumprido em $\geq 95\%$ das OS;
- e) Conformidade técnica dos bens = 100%.

15.6.1. O descumprimento poderá ensejar glosa proporcional, correções e sanções (Lei nº 14.133/2021, arts. 155-156).

15.7. **Vedações específicas**

15.7.1. É vedado o pagamento por:

- a) Aluno não certificado;
- b) Carga horária inferior à normativa;
- c) Bem não recebido definitivamente;
- d) Entregas a beneficiários sem rastreabilidade nominal (CPF) ou, quando CNH Social, sem PPD emitida;
- e) Documentação incompleta no Instrumento de Medição de Resultado.

16. **A HABILITAÇÃO**

16.1. Nos termos dos artigos 62 a 71 da Lei nº 14.133/2021, é dever da Contratada apresentar os seguintes documentos, dentre outros que podem ser requeridos no Edital:

16.2. **Habilitação Jurídica:**

- a) Ato Constitutivo (contrato social, estatuto social ou requerimento de empresário); b) Todas as alterações ou consolidação do Ato Constitutivo;
- b) Procuração dos respectivos representantes nas licitações;
- c) Documentos do Representante Legal;
- d) Documentos dos Sócios;
- e) Prova de Administração ou Diretoria (dependo do tipo empresarial)
- f) Decreto de Autorização de Funcionamento (no caso de empresas estrangeiras que funcionam no Brasil).

16.3. **Habilitação Fiscal e Trabalhista**

- a) Cartão de CNPJ;
- b) Inscrição Estadual;
- c) Inscrição Municipal;
- d) Certidão negativa de débitos Federais;
- e) Certidão negativa de débitos Estaduais;
- f) Certidão negativa de débitos Municipais;
- g) Certidão negativa de débitos Trabalhista;

- h) Certidão negativa de débitos do FGTS;
- i) Certidão negativa de débitos do INSS.
- j) Declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

16.4. Qualificação Econômico-Financeira

16.4.1. Em observância ao art. 69 da Lei nº 14.133/2021, será exigida a comprovação da qualificação econômico-financeira, mediante apresentação de:

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;
- b) Índices contábeis de liquidez e solvência;
- c) Comprovação de capital social ou patrimônio líquido compatível com o porte da contratação (limitado a até 10% do valor estimado);
- d) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial.

16.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL E PROFISSIONAL

16.6. Em atendimento ao disposto nos arts. 65 e 67, III, da Lei Federal nº 14.133/2021, no art. 36, XVI, do Decreto Estadual nº 21.872/2023, e conforme a recomendação constante do Parecer CGE nº 779/2025, os licitantes deverão comprovar capacidade técnico-operacional e técnico-profissional compatíveis com a execução do objeto.

16.6.1. Itens 1 e 2: Capacetes e Coletes Refletivos

16.6.1.1. A licitante deverá comprovar aptidão técnica para o fornecimento de bens que atendam às normas técnicas exigidas pelas Resoluções CONTRAN nº 940/2022 e nº 943/2022, e pelos regulamentos do INMETRO, mediante, no mínimo:

- a) Catálogos técnicos e laudos laboratoriais, emitidos por organismos acreditados;
- b) Declaração formal do fabricante, atestando conformidade com as normas aplicáveis;
- c) Certificados de conformidade ou selo do INMETRO, válidos e emitidos conforme a legislação vigente;
- d) Atestado(s) de capacidade técnica operacional, em nome da licitante, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento de bens com características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação.

16.6.2. Para fins de demonstração da capacidade técnico-operacional, a licitante deverá comprovar aptidão para o fornecimento de bens ou serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de no mínimo 01 (um) atestado(s) de capacidade técnica, em nome da própria licitante(empresa), fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, observando os critérios mínimos:

- a) Razão Social, CNPJ e dados de Contato do órgão (ou empresa) emissor;
- b) Descrição do objeto contratado;
- c) Prazo de entrega dos objetos e;
- d) Assinatura e nome legível do responsável pela gestão da execução do objeto.

16.6.3. O(s) atestado(s) de Capacidade Técnica deverão apresentar dados suficientes para a verificação de sua autenticidade, identificação da entidade expedidora e do responsável que o assinar, bem como deve propiciar a confirmação de que houve cumprimento da obrigação na forma e prazo exigidos por este Termo de Referência.

16.6.4. Não será aceita a substituição do Atestado de Capacidade Técnica por cópia de contratos, tendo em vista que a simples existência do contrato não comprova a capacitação técnica da empresa, sendo que o atestado, por ser uma declaração formal do órgão público ou empresa privada, é o único meio de atestar o correto fornecimento de bens. Será aceito a cópia do respectivo contrato para a complementação das informações dos atestados apresentados, se necessário.

16.6.5. A licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

16.6.6. Atestado (s) de Capacidade Técnica Operacional;

16.6.7. Inscrição na entidade profissional competente;

16.6.8. Registro em órgão regulamentador, quando couber.

16.7. Itens 3 e 4: Cursos de Capacitação (Pilotagem Defensiva e Cursos Especializados)

16.7.1. Os licitantes interessados nos itens 3 e 4 deverão comprovar aptidão técnica e experiência específica na execução de cursos de formação e aperfeiçoamento para motociclistas, devendo possuir credenciamento ativo junto ao DETRAN/PI ou a outro órgão executivo de trânsito estadual, em conformidade com as Resoluções do CONTRAN nº 789/2020, nº 928/2022, nº 930/2022 e nº 943/2022, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Currículo(s) dos instrutores e profissionais técnicos responsáveis pela execução dos cursos, contendo formação compatível com os temas abordados (segurança viária, trânsito, pilotagem defensiva, legislação de trânsito, direção segura, ou áreas correlatas), acompanhados de certificados de conclusão ou diplomas emitidos por instituição reconhecida;

b) Atestado(s) de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória de cursos de capacitação profissional semelhantes, com carga horária e público-alvo equivalentes aos descritos neste Termo de Referência;

c) Declaração de que os instrutores indicados encontram-se devidamente credenciados junto ao DETRAN/PI ou a outro órgão executivo de trânsito estadual, em conformidade com as Resoluções do CONTRAN;

d) Relação nominal da equipe técnica, contendo funções, qualificações e experiência mínima exigida.

16.7.2. O não atendimento a qualquer dos requisitos acima implicará inabilitação do licitante quanto aos itens correspondentes.

16.7.3. As exigências ora fixadas visam garantir a execução técnica adequada e segura dos cursos de capacitação, conforme o art. 36, XVI, do Decreto Estadual nº 21.872/2023, e prevenir riscos à execução contratual e ao erário

16.8. JUSTIFICATIVA DAS EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA

16.9. A presente contratação exige requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira proporcionais à complexidade e ao risco do objeto, conforme o disposto no art. 36, inciso XVI, do Decreto Estadual nº 21.872/2023, e nos arts. 67 e 69 da Lei Federal nº 14.133/2021. Tais exigências têm por finalidade garantir que as empresas participantes possuam efetiva capacidade para fornecer os bens e executar os cursos previstos neste Termo de Referência, assegurando a adequada execução contratual e a proteção do interesse público,

sem restrições indevidas à competitividade do certame.

16.10. A qualificação técnica foi estruturada de forma a demonstrar que a licitante dispõe de experiência prévia e de equipe profissional compatível com as especificações normativas e de segurança exigidas pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO). Considerando o objeto — aquisição de capacetes tipo fechado, coletes refletivos e execução de cursos especializados e de pilotagem defensiva —, foram identificadas como parcelas de maior relevância técnica aquelas que demandam controle de qualidade industrial, ensaios laboratoriais e credenciamento específico junto ao órgão executivo de trânsito. O fornecimento de capacetes e coletes deve atender às normas da NBR 7471, à Resolução CONTRAN nº 940/2022 e à Resolução CONTRAN nº 943/2022, além dos regulamentos técnicos do INMETRO, exigindo comprovação de conformidade por meio de catálogos, laudos laboratoriais ou certificados emitidos por organismos acreditados.

16.11. Da mesma forma, a execução dos cursos especializados e de pilotagem defensiva, regulamentados pelas Resoluções CONTRAN nº 789/2020, nº 928/2022, nº 930/2022 e nº 943/2022, requer que a empresa contratada possua equipe técnica com formação específica, experiência comprovada e credenciamento junto ao DETRAN/PI. Assim, exige-se a apresentação de currículos dos instrutores e coordenadores técnicos, acompanhados de comprovação de formação compatível com os temas ministrados e de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que demonstrem a execução satisfatória de cursos semelhantes. Essa medida visa assegurar a regularidade pedagógica e operacional dos cursos e evitar riscos de execução que comprometam os resultados das políticas públicas de segurança viária implementadas pelo DETRAN/PI, especialmente no âmbito dos Programas Motorista Legal e CNH Social.

16.12. Nos termos do art. 67, §1º, da Lei nº 14.133/2021, as exigências de qualificação técnica foram limitadas às parcelas de maior relevância e não ultrapassam cinquenta por cento das quantidades de referência, preservando o equilíbrio entre a segurança da execução e a competitividade. Ademais, conforme o §3º do mesmo artigo, a Administração admitirá provas alternativas de experiência técnica, como catálogos, laudos laboratoriais, certificados de conformidade e declarações do fabricante, quando equivalentes à comprovação exigida por atestados.

16.13. A qualificação econômico-financeira, por sua vez, foi delineada de modo a assegurar que a contratada possua estabilidade e capacidade financeira para honrar as obrigações contratuais. Com fundamento no art. 69 da Lei nº 14.133/2021, foram exigidos balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, índices de liquidez e solvência que indiquem capacidade de adimplir as obrigações, comprovação de capital social ou patrimônio líquido compatível com o porte da contratação — limitado a até dez por cento do valor estimado — e certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial.

16.14. Essas exigências encontram-se em estrita conformidade com os princípios da razoabilidade, da economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa, previstos no art. 5º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021. Foram estabelecidas de forma proporcional ao risco e à materialidade da contratação, cujo volume — 80.000 capacetes, 32.000 coletes refletivos e 32.000 cursos — demanda capacidade operacional e financeira consistente. Assim, a Administração assegura a participação de empresas idôneas e tecnicamente qualificadas, prevenindo falhas de execução, fornecimento de produtos fora das especificações e ineficiência dos cursos, o que poderia gerar prejuízos ao erário e comprometer a efetividade das políticas públicas de segurança viária no Estado do Piauí.

16.15. Dessa forma, o conjunto de exigências ora fixado atende ao disposto nos arts. 35 a 38 do Decreto Estadual nº 21.872/2023, garantindo a adequada qualificação dos licitantes, a mitigação de riscos e a efetividade das políticas públicas de segurança no trânsito executadas pelo DETRAN/PI.

17. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

17.1. A empresa contratada ficará sujeita à mais ampla e irrestrita fiscalização, obrigando-se a prestar todos os esclarecimentos porventura requeridos pela contratante, que designará um Gestor para acompanhar a execução do Contrato;

17.2. A existência da fiscalização da contratante, de nenhum modo diminui ou altera a responsabilidade da empresa contratada, na execução do Contrato.

17.3. A contratante poderá exigir o afastamento de empregado ou preposto da empresa contratada que venha causar embaraço à fiscalização, ou que adotem procedimentos incompatíveis com o exercício das funções que lhe forem atribuídas.

17.4. A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Gestor do Contrato, especialmente designado, observado o que se segue:

17.5. O Gestor do Contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, inclusive a observância do prazo de vigência do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

17.6. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Gestor do Contrato deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes;

17.7. O Gestor e Responsável pela execução do contrato será designado por Portaria do DETRAN-PI, a quem caberá as atribuições do ente estatal contidas no presente Termo de Referência, naquilo que lhe for aplicado; o exercício da fiscalização do contrato e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços, devendo ser o principal intermediador entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. As penalidades administrativas aplicáveis à Contratada, por inadimplência, estão previstas nos artigos 90, 156 e seus parágrafos da Lei 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas no Contrato.

18.2. A Parte Específica do Contrato poderá prever outras faltas e sanções ao Contratado, de acordo com as peculiaridades do objeto.

18.3. Conforme art. 156, § 4º da Lei 14.133/2021, comete infração administrativa aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

18.4. O licitante ou adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem 13.2 ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

18.4.1. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

18.4.2. Impedimento de licitar e de contratar com o Estado do Piauí e descredenciamento no CADUF/PI, pelo prazo de até cinco anos.

18.5. MULTA

18.5.1. A multa de mora a ser aplicada por atraso injustificado na execução do contrato será calculada sobre o valor dos bens não fornecidos, competindo sua aplicação ao titular do órgão contratante, observando os seguintes percentuais:

18.5.1.1. De 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso até o limite correspondente a 15 (quinze) dias; e a.2) de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso a partir do 16º

(décimo sexto) dia, até o limite correspondente a 30 (trinta) dias; e a.3) de 1,0% (um por cento), por dia de atraso a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, até o limite correspondente a 60 (sessenta) dias, findo o qual a Contratante rescindirá o contrato correspondente, aplicando-se à Contratada as demais sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

18.5.1.2. Será aplicada multa de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor da contratação, quando a Contratada:

- a) Prestar informações inexatas ou obstacular o acesso à fiscalização da contratante no cumprimento de suas atividades;
- b) Desatender às determinações da fiscalização da contratante; e
- c) Cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida.

18.5.1.3. Será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da contratação quando a Contratada:

- a) Não iniciar, ou recusar-se a executar a correção de qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados;
- b) Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados.

18.6. **ADVERTÊNCIA**

18.6.1. A aplicação da penalidade de advertência será efetuada nos seguintes casos:

18.6.1.1. Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente ou nas licitações, desde que acarretem pequeno prejuízo ao Estado do Piauí, independentemente da aplicação de multa moratória ou de inexecução contratual, e do dever de ressarcir o prejuízo;

18.6.1.2. Execução insatisfatória do objeto contratado, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou declaração de inidoneidade;

18.6.1.3. Outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento das atividades da contratante, desde que não sejam passíveis de aplicação das sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade.

18.7. **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO**

18.7.1. A suspensão do direito de licitar e contratar com o Estado do Piauí pode ser aplicada aos licitantes e contratados cujos inadimplementos culposos prejudicarem o procedimento licitatório ou a execução do contrato, por fatos graves, cabendo defesa prévia, no prazo de dias úteis da data do recebimento da intimação;

18.7.2. A penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Estado do Piauí será aplicada nos seguintes prazos e situações:

18.7.2.1. Por 06 (seis) meses nos seguintes casos:

- a) Atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente e na licitação que tenha acarretado prejuízos significativos para o Estado do Piauí;
- b) Execução insatisfatória do objeto deste ajuste, se antes tiver havido aplicação da sanção de advertência.

- 18.7.2.2. Por um ano:
- a) Quando a contratada se recusar a assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela contratante.
- 18.7.2.3. Por 02 (dois) anos, quando a contratada:
- a) Não concluir os fornecimentos contratados;
 - b) Fornecer bens em desacordo com as especificações ou com qualquer outra irregularidade, contrariando o disposto no termo de referência ou contrato, não efetuando sua substituição ou correção no prazo determinado pela contratante;
 - c) Cometer quaisquer outras irregularidades que acarretem prejuízos ao Estado, ensejando a rescisão do contrato ou frustração do processo licitatório;
 - d) Praticar atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - e) Demonstrar não possuir idoneidade para licitar e contratar com o Estado do Piauí, em virtude de atos ilícitos praticados;
 - f) Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham conhecimento em razão da execução deste contrato, sem consentimento prévio da contratante.

18.8. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

18.8.1. A declaração de inidoneidade será proposta pelo agente responsável pelo acompanhamento da execução contratual se constatada a má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do Estado do Piauí, evidência de atuação com interesses escusos ou reincidência de faltas que acarretem prejuízos ao Estado do Piauí ou aplicações sucessivas de outras sanções administrativas.

18.8.2. A declaração de inidoneidade implica proibição de licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a autoridade que aplicou a penalidade, após ressarcidos os prejuízos e decorrido o prazo de 2 (dois) anos.

18.8.3. A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com toda a Administração Pública será aplicada à contratada nos casos em que:

18.8.3.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

18.8.3.2. Praticar atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;

18.8.3.3. Demonstrar não possuir idoneidade para licitar e contratar com o Estado do Piauí, em virtude de atos ilícitos praticados;

18.8.3.4. Reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão de execução deste contrato, sem consentimento prévio da contratante, em caso de reincidência;

18.8.3.5. Apresentar qualquer documento falso, ou falsificado no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação, ou no curso da relação contratual;

18.8.3.6. Praticar fato capitulado como crime pela Lei 14.133/2021.

18.8.4. Independentemente das sanções a que se referem os subitens anteriores, a Contratada está sujeita ao pagamento de indenização por perdas e danos, podendo ainda a administração propor que seja responsabilizada:

18.8.4.1. Civilmente, nos termos do Código Civil;

18.8.4.2. Perante os órgãos incumbidos de fiscalização das atividades contratadas ou do

exercício profissional a elas pertinentes;

18.8.4.3. Criminalmente, na forma da legislação pertinente.

18.9. Nenhum pagamento será feito ao fornecedor dos bens que tenha sido multado, antes que tal penalidade seja descontada de seus haveres.

18.10. As sanções serão aplicadas de acordo com a Lei Estadual nº 6.782/2016 e Decreto Estadual nº. 21.938, de 28 de março de 2023, facultada a defesa prévia da interessada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

18.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.12. As penalidades administrativas aplicáveis à Contratada, por inadimplência, estão previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas no contrato.

18.13. As multas administrativas previstas neste instrumento não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a Contratada de responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

18.14. Caberá ao Fiscal do Contrato, designado pelo Órgão Contratante propor a aplicação das penalidades previstas, mediante relatório circunstanciado, apresentando provas que justifiquem a proposição

18.15. A Contratada estará sujeita à aplicação de sanções administrativas, dentre outras hipóteses legais, quando:

18.15.1. Entregar os materiais em desconformidade com o especificado e aceito;

18.15.2. Não substituir, no prazo estipulado, o material recusado pela Contratante;

18.15.3. Descumprir os prazos e condições previstas neste Pregão.

19. DA RESCISÃO

19.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021, com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

19.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa.

19.3. A rescisão por não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato e na Lei nº 14.133/2021:

19.3.1. Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

19.3.2. Ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso V do art. 104 da Lei nº 14.133/2021;

19.3.3. Execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;

19.3.4. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

19.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

19.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

19.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

19.5. Indenizações e multas.

20. REAJUSTE E ALTERAÇÕES

20.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

20.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, aplicando-se o índice IPCA-E, salvo se outro for definido na Parte Específica deste Contrato.

20.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

20.3. Competirá à Contratada exercer, perante a Contratante, seu direito ao reajuste, sendo que, se não o fizer de forma tempestiva e, por via de consequência, prorrogar o contrato ou deixar expirar o prazo de vigência, ocorrerá a preclusão do seu direito ao reajuste.

20.4. Deverá o gestor do contrato diligenciar no sentido de assegurar que a economicidade do vínculo contratual será mantida mesmo após o reajuste, juntando aos autos documentação comprobatória da atual compatibilidade do valor do contrato com a realidade de mercado.

20.5. Se a variação do indexador adotado implicar em reajuste que prejudique a economicidade do valor contratual, a CONTRATADA aceita negociar a adoção de preço compatível com a realidade do mercado.

20.6. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

20.7. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

20.8. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes Contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

21. VIGÊNCIA

21.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do mesmo

21.2. A vigência e validade deste instrumento decorrerão de sua assinatura, conforme previsto na Parte Específica, tornando-se eficaz a partir da publicação, em extrato, na Imprensa Oficial, que será providenciada pela CONTRATANTE nos termos do art. 89, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

22. RESULTADOS PRETENDIDOS

22.1. Os resultados esperados com a execução deste projeto são a significativa redução dos índices de acidentes de trânsito envolvendo motociclistas no Piauí, um aumento substancial na conscientização sobre a importância da segurança no trânsito, e a formação de condutores mais qualificados e responsáveis. Ao atingir essas metas, o DETRAN/PI contribuirá diretamente para a defesa da vida, promovendo um trânsito mais seguro e responsável no Estado.

22.2. O projeto "Motorista Legal" tem objetivos claros, mensuráveis e focados na melhoria da segurança viária, especialmente para motociclistas. Serão oferecidos cursos de capacitação destinados a motofretistas, mototaxistas e à formação em pilotagem defensiva, com ênfase na educação sobre práticas seguras e uso adequado de equipamentos de proteção.

22.3. As metas definidas para a execução do projeto são as seguintes:

22.4. **Meta 1:** Capacitar 32.000 motociclistas, sendo 12.000 profissionais que atuam

como motofretistas e mototaxistas, e 20.000 motociclistas em cursos de pilotagem defensiva, com foco em práticas que favoreçam a segurança no trânsito.

22.5. **Meta 2:** Ampliar as oportunidades de emprego para a população vulnerável, permitindo o acesso ao mercado de transporte; Estimular o desenvolvimento econômico no Estado do Piauí; Facilitar o acesso da população beneficiária a serviços públicos e privados; Reduzir a condução de motocicletas por pessoas sem habilitação; Diminuir o número de acidentes de trânsito; Contribuir para um trânsito mais seguro nos municípios integrados ao Sistema Nacional de Trânsito (SNT).

22.6. **Meta 3:** Reduzir em 20% os acidentes de trânsito envolvendo motociclistas no Piauí, com base em dados fornecidos pelo DETRAN-PI, no prazo de um ano após a conclusão dos cursos. Esta redução será um indicativo da eficácia do programa na melhoria da segurança viária.

22.7. **Meta 4:** Atingir uma taxa de 90% de aprovação entre os participantes dos cursos, considerando as avaliações de desempenho realizadas ao final de cada módulo de formação. Esta taxa de aprovação refletirá a qualidade do conteúdo e a eficiência da metodologia de ensino aplicada.

22.8. **Meta 5:** Fornecer, junto aos cursos, equipamentos de proteção, como capacetes e coletes refletivos, aos motociclistas participantes, com o objetivo de garantir maior segurança durante a execução de suas atividades profissionais.

22.9. Os "Kits de Trânsito Seguro" serão compostos por capacetes para os motociclistas que completarem o curso de pilotagem defensiva, e capacetes e coletes para os que finalizarem os cursos especializados obrigatórios para mototaxistas e motofretistas.

22.10. Os cursos oferecidos têm respaldo legal na Lei Federal 12.009/09, em seu artigo 2º, inciso III, e na Resolução nº 930/22 do CONTRAN, que regulamenta a qualificação e capacitação dos profissionais mototaxistas e motofretistas, assegurando que o projeto esteja em conformidade com a legislação vigente.

22.11. Essas metas são projetadas para garantir a efetividade do projeto, com resultados que podem ser monitorados e ajustados conforme a necessidade. A implementação bem-sucedida dessas ações será um marco na busca por um trânsito mais seguro e a formação de profissionais mais preparados para lidar com os desafios diários das vias públicas.

22.12. **Critérios de sustentabilidade:**

22.13. Em atenção ao art. 6º, XXIII, "n", da Lei nº 14.133/2021, os bens e serviços contratados devem adotar critérios de sustentabilidade, sempre que possível, como: utilização de materiais recicláveis, descarte ambientalmente responsável, e práticas que promovam a inclusão social e produtiva. A contratada deverá observar a legislação ambiental e trabalhista vigente.

23. **FORMA E REGIME DE EXECUÇÃO**

23.0.1. O regulamento determina que as licitações para registro de preços podem ser realizadas nas modalidades concorrência e pregão. Como o objeto se enquadra em bens e serviços de natureza comum, ou seja, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais no mercado (conforme dispõe a Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021), sua contratação pode ser realizada por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), visto que se adequa às hipóteses previstas no Art. 4º do Decreto Estadual Nº 21.938, de 28 de março de 2023.

23.0.2. O Sistema de Registro de Preços pode ser adotado tanto para aquisição de bens ou produtos quanto para a prestação de serviços, desde que o objeto se enquadre em uma das hipóteses previstas no referido decreto: necessidade de contratações permanentes ou frequentes; aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa; aquisição de bens ou serviços

para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas do governo; ou quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

23.0.3. A adoção do SRP para esta licitação fundamenta-se na sua capacidade de garantir maior eficiência e economicidade, alinhando-se aos princípios da administração pública. Esse sistema permite otimizar a gestão de compras e contratações, reduzindo a necessidade de novas licitações e aumentando a competitividade entre fornecedores, favorecendo a participação de pequenas e médias empresas. Além disso, possibilita o registro e a disponibilização de preços por um período de 12 meses, garantindo que a Administração possa executar as contratações conforme a necessidade, sem entraves burocráticos e com maior controle sobre os gastos públicos.

23.0.4. Outro fator relevante para a adoção do SRP é a limitação orçamentária, que pode impedir a contratação imediata de todos os itens necessários. Dessa forma, o registro de preços viabiliza a aquisição dos bens e serviços de maneira escalonada, de acordo com a disponibilidade financeira do órgão, sem comprometer a continuidade das atividades essenciais. Essa abordagem torna o processo mais racional, eficiente e econômico, evitando a necessidade de novas licitações para o mesmo objeto dentro do período de vigência da ata de registro de preços.

23.0.5. Conforme destaca Marçal Justen Filho, “o Sistema de Registro de Preços apresenta diversas virtudes, propiciando a redução de formalidades e a obtenção de ganhos econômicos para a Administração Pública”. Diante disso, quando a contratação se enquadra nas hipóteses previstas no regulamento, a adoção do SRP não apenas se torna uma opção vantajosa, mas também uma recomendação, cabendo ao gestor apresentar justificativa em caso de não adoção.

23.0.6. No caso em questão, considerando que a aquisição de **capacetes, coletes e cursos de capacitação** para atender às demandas do DETRAN-PI se enquadra nas hipóteses previstas no art. 4º, incisos I e II, do Decreto Estadual Nº 21.938/2023, a solução mais vantajosa para esta Diretoria é a utilização do Sistema de Registro de Preços em substituição ao Pregão Eletrônico convencional.

23.0.7. Dessa forma, a contratação será realizada por meio de licitação na modalidade **pregão eletrônico**, utilizando o **Sistema de Registro de Preços**, uma vez que se trata de aquisição de bens e contratação de serviços comuns. Esse modelo possibilita maior flexibilidade na definição dos quantitativos contratados, garantindo que a Administração possa realizar as aquisições de forma planejada, eficiente e dentro dos limites orçamentários disponíveis.

23.0.8. O DETRAN/PI atuará como órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços. A vigência da Ata será de 12 (doze) meses. A adesão por outros órgãos públicos será permitida conforme as condições estabelecidas no Decreto Estadual nº 21.938/2023 e desde que autorizada pelo DETRAN/PI.

23.1. **Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário – Justificativa**

23.1.1. A execução dar-se-á sob o regime de empreitada por preço unitário, nos termos dos arts. 6º, VIII e XXIII, “I”, 144 e 145 da Lei nº 14.133/2021, em razão de: (i) variabilidade de quantitativos ao longo da vigência da Ata/contrato, a depender da adesão efetiva dos beneficiários do Programa CNH Social e da execução do Programa Motorista Legal; (ii) necessidade de emitir ordens de fornecimento e de serviço de modo parcelado, conforme cronograma e disponibilidade orçamentária; e (iii) pagamento proporcional ao efetivamente entregue e aceito (bens) ou certificado (cursos), garantindo aderência ao interesse público, economicidade e rastreabilidade de resultados.

23.1.2. O preço unitário assegura medição objetiva por unidade de bem recebido definitivamente e por aluno certificado, mitigando risco de desequilíbrio econômico-financeiro e

prevenindo pagamentos por estimativas não executadas.

24. VEDAÇÕES

24.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

24.2. A vedação à subcontratação justifica-se pela natureza técnico-pedagógica dos serviços ofertados, que exigem supervisão direta da contratada sobre o conteúdo, os instrutores e as plataformas empregadas, garantindo assim qualidade, segurança e rastreabilidade da execução contratual.

24.3. Não poderão participar desta licitação consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição. A vedação à participação de consórcio neste certame justifica-se diante da natureza do objeto licitado, o qual apresenta natureza comum, podendo ser ofertado por um número amplo de potenciais participantes, inclusive empresas de pequeno e médio porte que em sua maioria apresentam o mínimo exigido no tocante a qualificação técnica e econômico-financeira, não implicando em qualquer limitação quanto a competitividade.

24.4. Não será permitida a participação das cooperativas no certame.

24.5. É vedado o pagamento sem lastro documental no IMR (bens sem recebimento definitivo ou aluno sem certificação), sob pena de responsabilização do agente e da contratada.

25. JUSTIFICATIVA PARA A ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

25.1. O regulamento determina que as licitações para registro de preços podem ser realizadas nas modalidades concorrência e pregão. Como o objeto se enquadra em bens e serviços de natureza comum, ou seja, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais no mercado (conforme dispõe a Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021), sua contratação pode ser realizada por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), visto que se adequa às hipóteses previstas no Art. 4º do Decreto Estadual Nº 21.938, de 28 de março de 2023.

25.2. O Sistema de Registro de Preços pode ser adotado tanto para aquisição de bens ou produtos quanto para a prestação de serviços, desde que o objeto se enquadre em uma das hipóteses previstas no referido decreto: necessidade de contratações permanentes ou frequentes; aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa; aquisição de bens ou serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas do governo; ou quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

25.3. A adoção do SRP para esta licitação fundamenta-se na sua capacidade de garantir maior eficiência e economicidade, alinhando-se aos princípios da administração pública. Esse sistema permite otimizar a gestão de compras e contratações, reduzindo a necessidade de novas licitações e aumentando a competitividade entre fornecedores, favorecendo a participação de pequenas e médias empresas. Além disso, possibilita o registro e a disponibilização de preços por um período de 12 meses, garantindo que a Administração possa executar as contratações conforme a necessidade, sem entraves burocráticos e com maior controle sobre os gastos públicos.

25.4. Outro fator relevante para a adoção do SRP é a limitação orçamentária, que pode impedir a contratação imediata de todos os itens necessários. Dessa forma, o registro de preços viabiliza a aquisição dos bens e serviços de maneira escalonada, de acordo com a disponibilidade financeira do órgão, sem comprometer a continuidade das atividades essenciais. Essa abordagem torna o processo mais racional, eficiente e econômico, evitando a necessidade de novas licitações para o mesmo objeto dentro do período de vigência da ata de registro de preços.

25.5. Conforme destaca Marçal Justen Filho, “o Sistema de Registro de Preços apresenta diversas virtudes, propiciando a redução de formalidades e a obtenção de ganhos

econômicos para a Administração Pública”. Diante disso, quando a contratação se enquadra nas hipóteses previstas no regulamento, a adoção do SRP não apenas se torna uma opção vantajosa, mas também uma recomendação, cabendo ao gestor apresentar justificativa em caso de não adoção.

25.6. No caso em questão, considerando que a aquisição de **capacetes, coletes e cursos de capacitação** para atender às demandas do DETRAN-PI se enquadra nas hipóteses previstas no art. 4º, incisos I e II, do Decreto Estadual Nº 21.938/2023, a solução mais vantajosa para esta Diretoria é a utilização do Sistema de Registro de Preços em substituição ao Pregão Eletrônico convencional.

25.7. Dessa forma, a contratação será realizada por meio de licitação na modalidade **pregão eletrônico**, utilizando o **Sistema de Registro de Preços**, uma vez que se trata de aquisição de bens e contratação de serviços comuns. Esse modelo possibilita maior flexibilidade na definição dos quantitativos contratados, garantindo que a Administração possa realizar as aquisições de forma planejada, eficiente e dentro dos limites orçamentários disponíveis.

25.8. Prazo de vigência da Ata e sua possibilidade de prorrogação:

25.9. A Ata de Registro de Preços decorrente do presente pregão eletrônico terá validade de 1 (um) ano, contado a partir do 1º dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

26. **ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

26.1. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto do presente contrato, até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado.

27. **DISPOSIÇÕES GERAIS**

27.1. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele condas implicará a imediata desclassificação do proponente que o ver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou da prestação dos serviços, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

27.2. As normas que disciplinam este procedimento licitatório serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação;

27.3. A participação do proponente neste certame implica em aceitação de todos os termos deste Termo de Referência.

28. **ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA – CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES REFERENTE AOS CURSOS DE CAPACITAÇÃO**

28.1. O presente cronograma tem caráter meramente indicativo e estimativo, elaborado para fins de planejamento administrativo, conforme o disposto no art. 36, VII, do Decreto Estadual nº 21.872/2023, que exige a previsão das condições de execução e recebimento do objeto.

28.2. As datas e fases aqui descritas representam projeções iniciais elaboradas com base no calendário previsto para o exercício de 2026, podendo ser ajustadas em função da data efetiva de conclusão do procedimento licitatório, assinatura contratual e disponibilidade orçamentária.

28.3. O início das atividades de capacitação ocorrerá imediatamente após a conclusão regular do processo licitatório, assinatura do contrato e emissão da respectiva ordem de serviço ou autorização de execução, conforme cronograma operacional a ser validado conjuntamente

pelo DETRAN/PI e pela empresa contratada.

28.4. Os prazos e etapas subsequentes serão readequados mediante cronograma executivo definitivo, a ser apresentado pela contratada e aprovado pela fiscalização do contrato, observando-se as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNCISTO DO PIAUÍ - DETRAN-PI			
<i>CRONOGRAMA PREVISIONAL - Programas: Motorista Legal e CNH Social</i>			
PREVISÃO	ATIVIDADE DESENVOLVIDA	LOCAL	RESPONSÁVEL
JUNHO/26	Divulgação institucional de caráter informativo e educativo, mediante veiculação em mídias digitais, redes sociais e canais oficiais de comunicação, voltada à orientação dos beneficiários acerca das inscrições, cronograma e execução dos cursos de capacitação em segurança viária.	Site institucional do DETRAN/PI, ambiente virtual de aprendizagem e canais oficiais	Comunicação/DETRAN
CURSO DE PILOTAGEM DEFENSIVA — 100% ONLINE (EAD 8 h/a) Res. CONTRAN nº 789/2020, 928/2022, 943/2022			
JULHO/26	Início da execução pedagógica — Curso de Pilotagem Defensiva (100% online 8 h/a) 350 turmas 8.400 alunos	Teresina	DETRAN/CETT
JULHO/26	Início da execução pedagógica — Curso de Pilotagem Defensiva (100% online 8 h/a) 80 turmas 1.920 alunos	Picos	DETRAN/CETT
JULHO/26	Início da execução pedagógica — Curso de Pilotagem Defensiva (100% online 8 h/a) 80 turmas 1.920 alunos	Parnaíba	DETRAN/CETT
JULHO/26	Início da execução pedagógica — Curso de Pilotagem Defensiva (100% online 8 h/a) 80 turmas 1.920 alunos	Floriano	DETRAN/CETT

JULHO/26	Início da execução pedagógica — Curso de Pilotagem Defensiva (100% online 8 h/a) 40 turmas 960 alunos	Campo Maior	DETRAN/CETT
AGOSTO/26	Início da execução pedagógica — Curso de Pilotagem Defensiva (100% online 8 h/a) 40 turmas 960 alunos	Altos	DETRAN/CETT
AGOSTO/26	Início da execução pedagógica — Curso de Pilotagem Defensiva (100% online 8 h/a) 40 turmas 960 alunos	Piripiri	DETRAN/CETT
AGOSTO/26	Início da execução pedagógica — Curso de Pilotagem Defensiva (100% online 8 h/a) 35 turmas 800 alunos	Uruçuí	DETRAN/CETT
AGOSTO/26	Início da execução pedagógica — Curso de Pilotagem Defensiva (100% online 8 h/a) 20 turmas 480 alunos	Oeiras	DETRAN/CETT
SETEMBRO/26	Início da execução pedagógica — Curso de Pilotagem Defensiva (100% online 8 h/a) 20 turmas 480 alunos	Bom Jesus	DETRAN/CETT
SETEMBRO/26	Início da execução pedagógica — Curso de Pilotagem Defensiva (100% online 8 h/a) 10 turmas 240 alunos	Bertolândia	DETRAN/CETT
SETEMBRO/26	Início da execução pedagógica — Curso de Pilotagem Defensiva (100% online 8 h/a) 10 turmas 240 alunos	Canavieira	DETRAN/CETT
SETEMBRO/26	Início da execução pedagógica — Curso de Pilotagem Defensiva (100% online 8 h/a) 10 turmas 240 alunos	Demerval Lobão	DETRAN/CETT

SETEMBRO/26	Início da execução pedagógica — Curso de Pilotagem Defensiva (100% online 8 h/a) 10 turmas 240 alunos	São Gonçalo do Piauí	DETRAN/CETT
SETEMBRO/26	Início da execução pedagógica — Curso de Pilotagem Defensiva (100% online 8 h/a) 10 turmas 240 alunos	Monsenhor Hipólito	DETRAN/CETT
CURSO MOTOTAXISTA/MOTOFRETISTA — TEORIA EAD Res. CONTRAN nº 789/2020, 928/2022, 943/2022, 930/2022			
JULHO/26	Início da teoria EAD — Curso Mototaxista/Motofretista 200 turmas 4.800 alunos	Teresina	DETRAN/CETT
JULHO/26	Início da teoria EAD — Curso Mototaxista/Motofretista 75 turmas 1.800 alunos	Parnaíba	DETRAN/CETT
JULHO/26	Início da teoria EAD — Curso Mototaxista/Motofretista 75 turmas 1.800 alunos	Picos	DETRAN/CETT
JULHO/26	Início da teoria EAD — Curso Mototaxista/Motofretista 75 turmas 1.800 alunos	Floriano	DETRAN/CETT
JULHO/26	Início da teoria EAD — Curso Mototaxista/Motofretista 75 turmas 1.800 alunos	Campo Maior	DETRAN/CETT
CURSO MOTOTAXISTA/MOTOFRETISTA — PRÁTICA PRESENCIAL (5 h/a)			
AGOSTO/26	Início da prática presencial Curso Mototaxista/Motofretista 200 turmas 4.800 alunos 5 h/a	Teresina	DETRAN/CETT
AGOSTO/26	Início da prática presencial Curso Mototaxista/Motofretista 75 turmas 1.800 alunos 5 h/a	Parnaíba	DETRAN/CETT

AGOSTO/26	Início da prática presencial Curso Mototaxista/Motofretista 75 turmas 1.800 alunos 5 h/a	Picos	DETRAN/CETT
SETEMBRO/26	Início da prática presencial Curso Mototaxista/Motofretista 75 turmas 1.800 alunos 5 h/a	Floriano	DETRAN/CETT
SETEMBRO/26	Abertura da prática presencial Curso Mototaxista/Motofretista 75 turmas 1.800 alunos 5 h/a	Campo Maior	DETRAN/CETT
SOLENIDADES DE ENTREGA DE CAPACETES E COLETES			
NOVEMBRO/26	Entrega dos equipamentos de segurança aos beneficiários regularmente habilitados no programa.	Teresina	DETRAN/CETT
NOVEMBRO/26	Entrega dos equipamentos de segurança aos beneficiários regularmente habilitados no programa, nos municípios.	Picos, Parnaíba, Floriano, Altos, Campo Maior, Piripiri, Uruçuí, Oeiras, Bom Jesus, Bertolândia, Canavieira, Monsenhor Hipólito, São Gonçalo do Piauí, Demerval Lobão	DETRAN/CETT



Documento assinado eletronicamente por **YANA ROCHA E SILVA - Matr.425647-6, Membro da Comissão**, em 22/05/2026, às 13:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador

0024288372 e o código CRC **FAB24730**.